

EDWARD CARLYLE SILVA
Juiz Federal Titular da 1ª Vara de Execuções Fiscais
Professor de Direito

CONEXÃO DE CAUSAS

Editora Revista Dos Tribunais

São Paulo, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Silva, Edward Carlyle.

Conexão de causas / Edward Carlyle Silva; prefácio Leonardo Greco; apresentação Humberto Dalla B. de Pinho. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

Bibliografia.

ISBN 85-203-2885-7

1. Conexão de causas 2. Processo civil I. Greco, Leonardo. II. Pinho, Humberto Dalla B. de III. Título.

06-3378

CDU-347.927.4

SUMÁRIO

PREFÁCIO-LEONARDO GRECO	19
APRESENTAÇÃO - HUMBERTO DALLA BERNADINA DE PINHO	11
NOTA DO AUTOR	13
1. A DEMANDA	21
1.1. Introdução	21
1.2. O conceito de demanda	22
1.2.1. A diferença entre demanda, petição inicial, pedido e pretensão	25
1.2.2. O princípio <i>iura novit curia</i>	27
1.3. Os elementos da demanda	30
1.3.2. A causa de pedir	38
1.3.2.1. As teorias da substanciação e da individualização	38
1.3.2.2. A causa de pedir como elemento da demandar	41
1.3.2.3. Elementos e Classificação da <i>causa petendi</i>	43
1.3.2.4. A causa de pedir no direito pátrio	45
1.3.2.5. A <i>causa petendi</i> e as espécies de cumulação	49
1.3.2.6. Escopo da <i>causa petendi</i>	50
1.3.3. O pedido	51
1.3.3.1. Classificação do pedido	54
1.4. A cumulação de causas	56
1.4.1. Noções gerais	56
1.4.2. Classificação da cumulação	59
2. A CONEXÃO DE CAUSAS	62
2.1. Introdução	62
2.2. A teoria de Matteo Pescatore	63
2.3. As críticas quanto a teoria tradicional	70
2.4. A teoria de Francesco Carnelutti	74
2.4.1. A conexão material segundo Carnelutti	75
2.4.2. A conexão instrumental segundo Carnelutti	78
2.5. A contribuição de Enrico Redenti	79
2.6. Critérios para reconhecimento da relação de conexidade	82
2.7. Hipóteses de conexidade	84

Localização: 347.922.7(81)

S586c

Código de barras: STJ00064341

2.7.1. No caso de comunhão por qualquer um dos elementos da demanda [<i>personae, res, causa petendi</i>]	85
2.7.2. No caso de acessoriedade	88
2.7.3. No caso de ações de garantia	89
2.7.4. No caso de reconvenção	90
2.7.5. No caso de questão prejudicial (ação declaratória incidental)	91
2.7.6. No caso de incidentes quanto ao mérito no curso da execução	93
3. A REUNIÃO DE CAUSAS CONEXAS NO CÓDIGO DE PROCESSO	95
3.1. O art. 105 do CPC	95
3.2. Definição	97
3.3. A diferença entre reunião de causas conexas e a cumulação de pedidos	101
3.4. A reunião de causas conexas e sua relação com a competência por conexão	105
3.5. A reunião de causas conexas como "crise do processo"	108
3.6. A conexão de causas como matéria apreciável <i>ex officio</i>	110
3.7. Iniciativa para provocar a reunião de causas conexas	113
3.7.1. Iniciativa do juiz <i>ex officio</i>	115
3.7.2. Iniciativa das partes	118
3.7.3. Requerimento do Ministério Público	119
3.8. Objeto da reunião: demandas propostas separadamente	120
3.9. Finalidade da reunião: prolação de decisão simultânea	122
4. OS REQUISITOS PARA A REUNIÃO DE CAUSAS CONEXAS	125
4.1. Aspectos iniciais	125
4.2. Os requisitos para a reunião de causas conexas	131
4.2.1. A conexão como requisito de admissibilidade..	131
4.2.1.1. A intensidade da conexão entre as causas	146
4.2.1.1.1. A afinidade	149
4.2.1.1.2. A prejudicialidade	151
4.2.1.1.3. A acessoriedade	154
4.2.1.1.4. A comunhão de direitos ou de obrigações	155
4.2.2. Os fundamentos da cumulação de causas	156
4.2.2.1. O princípio da economia processual	159
4.2.2.2. O princípio da pacificação social	161
4.2.2.3. O princípio da não contradição das decisões ou da integridade da ordem jurídica	163
Localização: 347.922.7(81)	
S586c	
Código de barras: STJ00064341	

4.2.2.4. O princípio da eficácia jurídica	165
4.2.3. Outros requisitos de admissibilidade	168
4.2.3.1. A compatibilidade entre os pedidos	171
4.2.3.2. Juízo competente para conhecer de todos os pedidos	172
4.2.3.3. A compatibilidade do procedimento	173
4.2.3.4. A possibilidade de cumulação das ações na mesma petição inicial	174
4.2.3.5. O procedimento e o momento adequado para a reunião das causas conexas	175
4.3. A sistematização da reunião de causas conexas	177
4.4. A obrigatoriedade ou discricionariedade na reunião de causas conexas	180

5. O PROCEDIMENTO NA REUNIÃO DE CAUSAS CONEXAS	186
5.1. Introdução	186
5.2. A reunião de causas conexas pendente perante o mesmo juízo	188
5.3. A reunião de causas conexas pendente perante juízos distintos	192
5.3.1. A prevenção e a reunião de causas conexas	192
5.3.2. A incompetência absoluta e a reunião de causas conexas	196
5.3.3. A reunião de causas conexas por iniciativa das partes	200
5.3. A reunião de causas conexas por iniciativa <i>ex officio</i>	202
5.4. A reunião de causas conexas por meio de exceção de incompetência	204
5.5. A reunião de causas conexas e a formação de litisconsórcio	206
5.6. O desmembramento de causas conexas	208
5.7. Hipótese de conflito de competência entre juízos, por força da reunião ou desmembramento de causas conexas	211
5.8. O valor da causa na hipótese de reunião de causas conexas	214
5.9. A reunião de causas conexas quando uma delas já foi julgada (Enunciado 235 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça)	215
5.10. A reunião de causas conexas em 2.º grau de jurisdição	218
5.11. A instrução no caso de reunião de causas conexas	219
5.12. A sentença no caso de reunião de causas conexas	221
5.13. Efeitos da apelação e reunião de causas conexas	223
5.14. A reunião de processos de execução	225
5.15. A reunião de processos cautelares	228

Localização: 347.922.7(81)

S586c

Código de barras: STJ00064341

5.16. A reunião de causas conexas nos Juizados Especiais
Cíveis 230

BIBLIOGRAFIA 233